

<https://doi.org/10.26512/pl.v10i21.41518>

Tradução recebida em: 30/06/2020
Tradução aprovada em: 27/08/2021
Tradução publicada em: 12/01/2022

[**TRADUÇÃO**]

ESSAI SUR LES PRIVILÈGES

Abbé Emmanuel Joseph Sieyès

Tradução

Jade Oliveira Chaia¹

Michelly Alves Teixeira²

Paula Furtado Goulart³

Resumo: O texto aqui traduzido é a *nouvelle édition* da obra publicada originalmente em 1788. Em 1789 publica-se a edição com o acréscimo de algumas notas de rodapé. Sieyès, nesta obra, faz uma crítica aos privilégios hereditários da nobreza; essa classe privilegiada, nada mais é que um fardo tanto para o Estado quanto para o corpo social. A tradução foi realizada por integrantes do Grupo de Tradução do Departamento de Filosofia da Universidade de Brasília. O grupo se propõe traduzir regularmente obras de filosofia ainda inéditas em língua portuguesa e disponibilizá-las em periódicos de acesso livre. O trabalho de tradução é produzido de maneira colaborativa através da plataforma digital *TraduXio* (<https://traduxio.org/>).

Palavras-chave: Sieyès. Privilégios. TraduXio.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Graduada no curso de bacharelado em Filosofia pela Universidade de Brasília (UnB). Graduada em Direito pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). E-mail: jade_joc@hotmail.com.

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6256651921407653>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7615-5610>.

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Filosofia pela Universidade de Brasília (UnB). Graduação no curso de bacharelado e licenciatura em Filosofia pela mesma instituição. E-mail: michellyteixeira@hotmail.com.

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6860370367827142>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0842-8824>.

³ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Filosofia pela Universidade de Brasília (UnB). Mestrado e Graduação em Filosofia pela mesma instituição. Graduada em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (UniCeub). E-mail: paulie.goulart@gmail.com.

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2446016925105012>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5453-9867>.



ENSAIO SOBRE OS PRIVILÉGIOS⁴

Disse-se que o privilégio é *dispensa para quem o obtém, e um desalento para os outros*. Se assim for, convenhamos que se trata de uma invenção desinfeliz, essa a dos privilégios. Imaginemos uma sociedade tão bem constituída e feliz quanto possível: não é claro que, para a subverter, bastará apenas dispensar uns e desencorajar outros?

Gostaria de ter examinado os privilégios em sua origem, em sua natureza e seus efeitos. Mas esta divisão, por mais metódica que seja, ter-me-ia forçado a voltar com demasiada frequência às mesmas ideias. Aliás, no que diz respeito à origem, ela ter-me-ia remetido a uma fastidiosa e interminável discussão de fatos, pois o que é que não encontramos nos fatos, ao buscarmos como realmente se busca? Gosto ainda mais de supor, se assim o for obrigado a fazê-lo, aos privilégios a origem mais pura. Seus apoiadores, isto é, quase todos aqueles que se beneficiam deles, mais, não podem exigir.

2 Todos os privilégios, sem distinção, certamente têm por objeto ou *dispensar* a lei, ou dar um *direito exclusivo* a algo que não é proibido pela lei. A essência do privilégio é estar fora do direito comum, e só se pode sair deste de uma ou de outra destas duas maneiras. Portanto, ao tomarmos nosso assunto sob este duplo ponto de vista, temos de acordar que todos os privilégios, ao mesmo tempo, serão, a justo título, envolvidos no julgamento que possa resultar desse exame.

Perguntemo-nos primeiro qual é o objeto da lei: sem dúvida, é impedir que a liberdade ou a propriedade de alguém seja violada. Não se faz leis pelo prazer de fazê-las. Aquelas que apenas teriam o efeito de ser um empecilho ao propósito da liberdade dos cidadãos seriam contrárias à finalidade de qualquer associação; seria preciso pois apressarmo-nos a aboli-las.

Existe uma lei mãe da qual todas as outras deveriam derivar: *não faças mal a outrem*. Essa é a grande lei natural que o legislador, de certa forma, distribui em detalhes pelas várias aplicações que dela faz para a boa ordem da sociedade; e que dela derivam todas as leis positivas. Aquelas que podem evitar danos aos outros são boas; mas aquelas que não servem a este propósito nem mediatamente, nem imediatamente, mesmo que não manifestassem uma má intenção, são, ainda assim, más; pois, primeiro, impedem a

⁴ A primeira edição deste opúsculo foi publicada em novembro de 1788. [N.T.] A edição utilizada como referência para a tradução foi a *nouvelle édition* de 1789.



liberdade, e depois, ou substituem as leis verdadeiramente boas, ou pelo menos as repelem com todas as suas forças.

Fora da lei, tudo é livre: fora do que é garantido por lei a qualquer um, tudo pertence a todos.

Entretanto, tal é o efeito deplorável da longa submissão dos espíritos, que os povos, longe de conhecer sua verdadeira posição social, longe de sentir que têm o direito até mesmo de fazer leis ruins serem revogadas, chegaram ao ponto de acreditar que nada é deles, a não ser o que a lei, boa ou ruim, está disposta a conceder-lhes. Eles parecem ignorar que a liberdade e a propriedade são anteriores a tudo; que os homens, ao se associarem, não podiam ter tido outro objetivo senão o de pôr os seus direitos à proteção dos empreendimentos dos ímpios, e ao mesmo tempo, de se entregar ao abrigo dessa segurança, a um desenvolvimento de suas faculdades morais e físicas, mais amplo, mais enérgico e mais fecundo em gozos. Que, portanto, sua propriedade, aumentada de tudo aquilo que uma nova indústria pode acrescentar a ela no estado social, é deles, e nunca poderá ser considerada como a dádiva de um poder estrangeiro; que a autoridade tutelar é estabelecida por eles; que o é, não para conceder o que lhes pertence, mas para protegê-los; e que, finalmente, cada cidadão, sem distinção, tem um direito inatacável, não ao que a lei permite, já que a lei não tem nada a permitir, mas a tudo aquilo que ela não defende.

3

Com auxílio destes princípios elementares já podemos julgar os privilégios. Aqueles que teriam como objeto dispensar a lei, não podem sustentar-se; toda lei, o temos observados, dito ou direta ou indiretamente: *não faças mal a outrem*; isto seria dizer aos privilegiados: *a vós é permitido fazer mal aos outros*. Não há poder ao qual seja dado fazer tal concessão. Se a lei é boa, deve obrigar a todos; se é má, deve ser destruída: é um atentado contra a liberdade.

Paralelamente, a ninguém pode ser dado um direito exclusivo àquilo que não é proibido por lei; isto seria roubar aos cidadãos uma parte da sua liberdade. Tudo o que não é proibido por lei, como também já o observamos, é do domínio da liberdade civil, e pertence a todos. Conceder um privilégio exclusivo a uma pessoa sobre o que pertence a todos seria fazer mal a todos os outros em nome de uma pessoa: isto representa tanto a ideia da injustiça quanto a mais absurda das loucuras.

Todos os privilégios são, portanto, pela natureza das coisas, injustos, odiosos e contraditórios ao fim supremo de toda sociedade política.

Os privilégios *honoríficos* não podem ser salvos da prospecção geral, uma



vez que têm uma das características que acabamos de mencionar, a de dar um direito exclusivo ao que não é proibido por lei; sem contar que, sob o título hipócrita de privilégios honoríficos, não há praticamente nenhuma vantagem pecuniária que não tendam a usurpar. Mas como, mesmo entre os bons espíritos, há muitos que se declaram a favor destes tipos de privilégios, ou ao menos que pedem graça por eles, é bom examinar com atenção se eles são realmente mais desculpáveis/ do que outros.

Para mim, di-lo-ei francamente, encontro-lhes um vício a mais, e este vício parece-me enorme: é que tendem a depreciar o grande corpo de cidadãos; e, certamente, não é pequeno mal feito aos homens para os rebaixar. Alguém alguma vez concebeu que alguém poderia ter consentido em querer humilhar vinte e cinco milhões e oitocentos mil indivíduos desta forma, a fim de honrar ridiculamente duzentos mil deles? O sofista mais hábil estaria disposto a mostrar-nos, numa tal combinação antissocial, o que ele vê nela que está de acordo com o interesse geral?

4 O título mais favorável à concessão de um privilégio honorífico seria o de ter prestado um grande serviço à pátria, ou seja, à nação, que só pode ser a generalidade dos cidadãos. Pois bem! Recompense o membro que tenha bem honrado o corpo; mas não tenha a loucura absurda de rebaixar o corpo em relação ao membro. O corpo dos cidadãos é sempre a coisa principal, a coisa que é servida. Deve, em algum sentido, ser sacrificado ao membro a quem só lhe é devido um prêmio por tê-lo servido?

Uma conservação tão chocante deveria, de um modo geral, ter se feito sentir; e, no entanto, o nosso resultado talvez pareça novo, ou ao menos muito estranho. A este respeito, existe, entre nós, uma superstição inveterada que repele a razão, e se ofende até mesmo com a dúvida. Alguns povos selvagens têm prazer nas deformidades ridículas, e prestam-lhes o tributo devido aos encantos naturais. Nas nações hiperbóreas, é às excrescências políticas, muito mais deformadas, e sobretudo muito mais nocivas, uma vez que roem e arruinam o corpo social, que se presta essas estúpidas homenagens. Mas a superstição passa, e o corpo que ela degradava reaparece em toda a sua força e sua beleza natural.

O quê! dir-se-á, não quereis reconhecer os serviços prestados ao Estado? Perdoai-me, mas não faço que as recompensas do Estado consistam em algo que seja injusto ou aviltante; não se deve recompensar alguém à custa de outro e, sobretudo, à custa de quase todos os outros. Não confundamos aqui duas coisas tão diferentes que são os *privilégios* e as *recompensas*.



Referis vós aos serviços comuns? Existem para os pagar, os salários ordinários ou as gratificações de mesma natureza. Trata-se de um serviço importante, ou uma ação brilhante? Oferecei um rápido avanço de classe, ou um posto distinto, em proporção aos talentos da pessoa que tem de recompensar. Finalmente, se necessário, acrescente o recurso a uma pensão, mas apenas num pequeno número de casos, e apenas quando – em razão das circunstâncias como a velhice, ferimentos, etc. –, nenhum outro meio pode substituir uma recompensa suficiente.

Não é o suficiente, dizeis; ainda precisamos de distinções aparentes; queremos assegurar o respeito e a consideração pública...

Por minha parte, devo responder-vos que a verdadeira distinção está no serviço que prestastes à pátria, à humanidade, e que o respeito e consideração pública não podem deixar de ir para onde este tipo de mérito os clama.

Deixai, deixai que o público dispense livremente os testemunhos da sua estima. Quando, nas vossas visões filosóficas, considerais esta estima como uma moeda moral, poderosa nos seus efeitos, tendes razão; mas se quereis que o príncipe se arruíne na sua distribuição, estais enganado nas vossas ideias: a natureza, mais filosófica do que vós, colocou a verdadeira fonte de estima nos sentimentos do povo. É no povo que estão as verdadeiras necessidades; é ali que reside a pátria, à qual os homens superiores são chamados a consagrar os seus talentos; ali, portanto, deve ser depositado o tesouro de recompensas a que podem ambicionar.

5

Os eventos cegos, leis más, ainda mais cegas conspiraram contra a multidão. Ela foi deserdada, privada de tudo. A ela resta apenas o poder de honrar com sua estima aqueles que a servem; a ela resta apenas o meio de atrair homens dignos de a servir: quer privá-la de seu último bem, de sua última reserva, e assim tornar sua propriedade a mais íntima inútil à sua felicidade?

Os administradores ordinários, depois de terem arruinado, aviltam o grande corpo dos cidadãos, habitua-se facilmente a negligenciá-lo. Desdenham, quase desprezam de boa-fé um povo que só pode ser desprezado pelo seu crime. Se eles ainda cuidam deles, é somente para punir os seus pecados. A sua cólera vigia sobre o povo, a sua ternura pertence apenas aos privilegiados. Mas mesmo então a virtude e o gênio ainda se esforçam para preencher o destino da natureza. Uma voz secreta fala incessantemente no fundo das almas enérgicas em favor dos fracos. Sim, as necessidades sagradas do povo serão eternamente o objeto adorado das meditações do filósofo independente, a finalidade

*Jade Oliveira Chaia; Michelly Alves Teixeira;
Paula Furtado Goulart*



secreta ou pública dos cuidados e sacrifícios do cidadão virtuoso. O pobre, na verdade, responde aos seus benfeitores apenas com bênçãos; mas que esta recompensa é superior a todos os favores do poder! Ah! Deixai o prêmio da consideração pública fluir livremente do interior da nação para cumprir sua dívida para com o gênio e a virtude! Evitemos violar as sublimes relações de humanidade que a natureza se centrou a gravar no fundo dos nossos corações. Aplaudamos este admirável comércio de bênçãos e de homenagens que se estabelece, para a consolação da terra, entre as necessidades dos povos reconhecidos, e os grandes homens sobremaneira pagos de todos os seus serviços por um simples tributo de reconhecimento. Tudo é puro nesta troca: é fecundo em virtude, poderoso em felicidade, enquanto não for perturbado no seu caminho natural e livre.

6 Mas, se a corte se apoderar dela, só vejo na estima pública uma moeda alterada pelas combinações de um indigno monopólio. Em breve, do abuso que dele se faz, deve sair e transbordar sobre todas as classes de cidadãos a imoralidade mais audaciosa. Os sinais acordados para chamar a atenção estão mal posicionados, extravasam o sentimento. Entre a maior parte dos homens, este sentimento acaba por se corromper pela própria aliança à qual se força; como escaparia ao veneno dos vícios aos quais se acostuma a apegar-se? Entre o pequeno número de pessoas iluminadas, a estima retira-se do fundo do coração, indignada com o papel vergonhoso a que se pretendia submetê-la; por conseguinte, já não há estima real; e ainda assim a sua linguagem, a sua manutenção, subsiste na sociedade, para prostituir falsas honras públicas aos intrigantes, aos favoritos, frequentemente aos homens mais culpados.

Numa tal desordem de costumes, o gênio é perseguido, a virtude é ridicularizada; e, ao lado, uma multidão de sinais e de insígnias variadamente variegadas comandam imperativamente o respeito e as deferências à mediocridade, à baixeza e ao crime. Como é que as honrarias não conseguem abafar a honra, corromper completamente a opinião pública e degradar todas as almas?

Dir-vos-eis que vós, virtuosos, nunca confundireis o charlatão hábil ou o vil cortesão, com o bom servo que apresenta títulos justos às recompensas públicas: a este respeito, a experiência atesta os vossos numerosos erros. E, depois de tudo, não concorda que aqueles a quem entregou as suas estranhas patentes de honra podem degenerar nos seus sentimentos, nas suas ações? Eles continuarão, contudo, a exigir, a atrair as homenagens da multidão. Será, pois, para cidadãos indignos, para homens notados talvez pelo nosso justo desprezo, que alienastes sem retorno uma porção da



consideração pública?

Esse não é o caso da estima que emana dos povos. Necessariamente livre, ela retira-se quando deixa de ser merecida. Mais pura no seu princípio, mais natural nos seus movimentos, é também mais certa no seu caminho, mais útil nos seus efeitos. Ela é o único prêmio sempre proporcionado à alma do cidadão virtuoso; o único capaz de inspirar boas ações, e não a irritar a sede da vaidade e do orgulho; o único que se pode procurar e obter sem manobras e sem baixeza.

Mais uma vez, deixai os cidadãos fazerem as honras dos seus sentimentos, e entregarem-se a esta expressão tão lisonjeira, tão encorajadora, que lhes sabem dar como que por inspiração, e, então, conhecereis no livre concurso de todas as almas que têm energia, no esforço multiplicado de todos os tipos de bem, o que o grande móbil da estima pública deve produzir para o progresso social⁵.

Mas a vossa preguiça e o vosso orgulho adaptam-se melhor aos privilégios. Vejo que exigis menos para serdes distinguido *pelos* vossos concidadãos, do que procura ser distinto *dos* vossos concidadãos⁶. Assim, aqui está ele, este sentimento secreto, este desejo desumano, cheio de orgulho, e, no entanto, tão vergonhoso, que se esforçam por escondê-lo sob a aparência do interesse público. Não é à estima ou ao amor dos vossos semelhantes que aspirais; pelo contrário, só obedeceis às irritações de uma vaidade hostil contra os homens cuja legalidade vos fere. No fundo do vosso coração, vós fazeis uma crítica à natureza de não ter posto os vossos concidadãos em espécies inferiores destinadas unicamente a servir-lhe. Por que não partilham todos da indignação que sinto? É certo que vós estava longe de ter um interesse pessoal nesta questão. Tratava-se das

⁵ Além disso, refiro-me a uma Nação livre ou a uma que vá se tornar. É certo que a dispensação das honras públicas não pode pertencer a um povo escravo. Num povo escravo, a moeda moral é sempre falsa, seja qual for a mão que a distribua.

⁶ Quando se deve acusar esta nota de ser um pouco metafísica, sem saber o valor desta palavra que se tornou tão assustadora para os espíritos desatentos, eu diria que a direção nada mais é do que diferença; pertence aos dois termos ao mesmo tempo; porque se A é distinto de B, é claro que, pela mesma razão, B será distinto de A. Assim A e B são entre eles, como se diz, dois do jogo. Todos os indivíduos, todos os seres têm de ser diferentes uns dos outros. Não é motivo de orgulho, ou todos teriam o mesmo direito. Na natureza, a superioridade ou a inferioridade não são coisas de direito, mas coisas de fato: este torna-se superior e prevalece sobre o outro. Esta vantagem de fato supõe, na verdade, mais força de um lado do que de outro; mas, se quisermos chegar a este primeiro título, de que lado estará a superioridade? A quem pensa que pertence? Ao corpo dos cidadãos ou aos privilegiados? A distinção é, ao contrário, o princípio social mais fecundo em boas ações, bons costumes, etc. Mas se a sua sede está na alma daqueles que distinguem, e não na mão de quem pretende disputar as distinções; se é um sentimento da sua parte, e não pode ser outra coisa sem deixar de ser uma verdade, é preciso dizer também que esse sentimento é essencialmente livre, e que existe uma extrema loucura, a quem quer que seja, em querer dispor, apesar de mim, da minha estima e dos meus respeitois.



recompensas a atribuir ao mérito, e não dos castigos que seria necessário, num estado policial, infligir aos mais pérfidos inimigos da felicidade social.

Destas considerações gerais sobre os privilégios honoríficos, desçamos agora aos seus *efeitos*, quer em relação ao interesse público, quer em relação ao interesse dos próprios privilegiados.

No momento em que os ministros imprimem o carácter de privilegiado a um meio, abrem a alma a um interesse particular, e fecham-na mais ou menos às inspirações do interesse comum. A ideia de pátria constrói-se para o privilegiado; encerra-se na casta em que é adoptado. Todos os seus esforços, anteriormente empregues com êxito ao serviço da coisa nacional, vão-se virar contra ela. Queria-se encorajá-lo a fazer melhor, mas só se conseguiu depravá-lo.

Então nasce no seu coração a necessidade de primar, um desejo insaciável de dominação. Este desejo, infelizmente demasiado análogo à constituição humana, é uma verdadeira doença antissocial; e se, pela sua essência deve ser sempre prejudicial, que se julgue das suas devastações, quando a opinião e a lei vierem dar-lhe o seu poderoso apoio.

8

Penetrai um momento nos vossos sentimentos de um privilegiado. Ele considera-se, juntamente com os seus colegas, como a integrar uma ordem à parte, uma nação escolhida na nação. Ele pensa que deve, antes de tudo, dedicar-se aos da sua casta e, se continua a ocupar-se dos outros, eles não são mais, na verdade, que os *outros*, já não são os seus. Já não existe este corpo de que era membro; já é apenas o *povo*, o povo que, logo, na sua linguagem assim como no seu coração, não é senão um ajuntamento de *gente sem consideração*, uma classe de homens criada propositadamente para servir; ao passo que ele foi feito para comandar e para gozar.

Sim, os privilegiados realmente se olham como uma espécie de homens⁷. Esta opinião, aparentemente tão exagerada, e que não parece contida na noção de privilégio, torna-se insensivelmente uma como sua consequência natural e acaba por se estabelecer em todos os espíritos. Peço-o a todo o privilegiado franco e leal, como, sem dúvida, os há: se quando vê junto de si um homem do povo, que não veio até aqui para ser protegido, se não experimenta, na maior parte das vezes, um movimento involuntário de repulsão, pronto a escapar, ao menor pretexto, com alguma palavra dura ou algum gesto ofensivo?

O falso sentimento de superioridade pessoal é tão caro aos privilegiados, que

⁷ Como não quero que me acusem de exageros, leia ao final um excerto autêntico que retiro da ata da ordem da nobreza aos Estados de 1614.



querem alargá-lo a todas as suas relações com o resto dos cidadãos. Eles *não são feitos* para serem *confundidos*, para estarem ao lado, para competirem, ou estarem juntos, etc., etc. É *faltar* essencialmente *ao respeito* a si mesmo discutir, de parecer não estar errado, quando se está errado; é *comprometer-se* mesmo que estar certo com, etc., etc., etc....

Mas, a este respeito, nada é mais curioso do que o espetáculo que se apresenta em zonas remotas da capital. É aqui que o nobre sentimento da sua superioridade se alimenta e cresce ao abrigo da razão e das paixões das cidades. Nos castelos antigos, o privilegiado respeita-se a si mesmo, pode ficar mais tempo em êxtase diante dos retratos dos seus antepassados e embebedar-se mais à vontade da honra de descender de homens que viviam nos séculos XIII e XIV; porque não suspeita que tal vantagem possa ser comum a todas as famílias. Na sua opinião, é uma característica especial de certas raças.

Muitas vezes apresenta, com toda a modéstia possível, pelo respeito dos estrangeiros, esta sequela de antepassados, cuja visão tantas vezes excitou nele os sonhos mais doces. Mas pouco se detém sobre o pai ou o avô (estas palavras têm mesmo não sei o quê de ofensivo para a dignidade de uma língua privilegiada). Os seus antepassados mais remotos são os melhores, estão mais perto do seu amor, como da sua vaidade.

9

Vi estas longas galerias de imagens paternas, não são preciosas para a arte do pintor, nem mesmo, deve-se admitir, para o sentimento de parentesco⁸; mas como são sublimes para as lembranças dos tempos e costumes do *bom feudalismo!*

É nos castelos que se sente com entusiasmo, como se deve sentir as belas-artes, todo o efeito de uma árvore genealógica, de ramos espessos e haste esbelta. É lá que se conhece, a ponto de nada esquecer, mesmo nas pequenas ocasiões, tudo o que *vale* um homem *como deve ser*⁹, e a posição em que se deve colocar todos.

⁸ Quem não ouviu, nesses momentos, o demonstrador fazer reflexões amáveis sobre *este, que, em cento e tantos, era um rude cristão: seus vassalos não tinham bons modos, etc...; aquele (é claro que se pronuncia o nome antigo), que, desajeitadamente envolvido em uma traição, pagou com a cabeça, etc... mas sempre em cento e tantos...* A este propósito, gostaria de contar a proposição asseada recente de uma senhora que, num círculo numeroso e *bem composto*, culpava a conduta criminosa, de fato, de alguém de uma das maiores casas do reino. De repente, interrompe-se para dizer, com um ar difícil de julgar: «Mas não sei porque digo «tanto mal, porque tenho a *honra* de lhe pertencer. »

⁹ Renuncio a captar todas as nuances, todas as subtilezas da linguagem habitual dos privilegiados; precisaríamos para esta língua de um dicionário particular que seria novo por mais de um lugar; porque, em vez de lhe apresentar o sentido próprio ou metafórico das palavras, pelo contrário, tratar-se-ia de separar dos mortos o seu verdadeiro sentido, para não deixar nada por baixo senão um vazio para a razão, mas profundas admiráveis para o preconceito: nele leríamos o que é ser privilegiado de um privilégio que não *começou*. Os que têm essa natureza são *bons*; são, pela graça de Deus, muito diferentes daquela multidão de novos privilegiados que são pela *graça* do príncipe. Não contam os cidadãos que, não aspirando a ser por *graça*, são reduzidos a mostrar-se apenas pelas suas qualidades pessoais: é muito pouco; é a Nação. Nós aprenderíamos neste novo dicionário que só há *nascimento* para aqueles que não têm *origem*. Nem os privilegiados do príncipe ousam pensar



Diante de contemplações tão elevadas, quão pequenas e desprezíveis parecem as ocupações do *povo* da cidade! Se fosse possível pronunciar seu verdadeiro nome, poderíamos perguntar-nos: o que é um *Burguês* comparado a uma boa pessoa privilegiada? Este último tem seus olhos constantemente voltados para nobre tempo que *passou*. Ele vê nele todos os seus títulos, toda a sua força, ele vive de seus antepassados. O Burguês, ao contrário, com seus olhos sempre fixos sobre o *presente* ignóbil, no *futuro* indiferente, prepara para um, e apoia o outro com os recursos de sua indústria. Ele é, ao invés de ter sido; ele sofre de dor, e pior do que isso, a vergonha de empregar toda a sua inteligência, toda a sua força em nosso serviço atual, e de viver de seu trabalho, que é necessário a todos. Ah! Porque os privilegiados não podem ir ao *passado* para gozar de seus títulos, suas grandezas, e deixar a uma nação estúpida o *presente* com toda a sua ignobilidade!

Um bom homem privilegiado se deleita em si mesmo, tanto quanto despreza os outros. Ele acaricia, ele idolatra seriamente sua dignidade pessoal; e embora que todo o esforço de uma tal superstição não possa prestar-se a tais erros ridículos o menor grau de realidade, eles não deixam de preencher toda a capacidade de sua alma; a pessoa privilegiada se entrega a ela com tanta convicção, com tanto amor quanto o louco dos Pirineus acreditava em sua quimera.

que têm mais de *meio nascimento*, nem a nação tem. Seria supérfluo notar que o nascimento de que estamos aqui a falar não é aquele que vem de um pai e de uma mãe, mas aquele que o príncipe dá com um título e a sua assinatura, ou melhor ainda, aquele que vem de onde não sei onde: é o mais estimado. Se vós acreditais, por exemplo, que todo o homem tem necessariamente pai, avô, antepassados, etc., vós estais enganado. A este respeito, a certeza física não é suficiente: só o certificado do Sr. Chérin é válido. Para ser *velho*, temos de ser *bons*, como dissemos. Os novos privilegiados são *homens de ontem*, e os cidadãos não privilegiados, não sei o que dizer, a não ser que aparentemente ainda não nasceram. Estou maravilhado, confesso, com o talento com que os privilegiados prolongam a perder de vista, sem nunca se perderem, estas sublimes, ainda que incessantes conversas. Os mais curiosos a ouvir, na minha opinião, são aqueles que, constantemente ajoelhados diante da sua própria *honra*, das suas próprias pretensões, riem no contudo de tão bom coração das mesmas pretensões nos outros. Defendo que as opiniões dos privilegiados estão à altura dos seus sentimentos; e, para dar uma nova prova, vou expor, segundo a sua maneira de ver, o verdadeiro quadro de uma sociedade política. Eles compõem-na de seis a sete classes subordinadas umas às outras. Na primeira, são *os grandes senhores*, ou seja, esta parte das pessoas da corte em que são reunidos pelo nascimento, têm um grande lugar e opulência. A segunda classe inclui os *Apresentados* conhecidos, os que *parecem*: são pessoas de *Qualidade*. Na terceira linha vêm os *Apresentados* desconhecidos, que só queriam as honras da *Gazette*: são pessoas que têm *alguma coisa*. Quarta, confundem-se na classe dos *não-Apresentados*, que podem, contudo, ser *bons*, todos os *Gentios* de província: é a expressão de que se servem. Na quinta classe, é preciso pôr os *Nobres* um pouco mais antigos, ou gente *sem consideração*. Na sexta, apresentam-se ou, melhor, são relegados os novos *Nobres* ou uns *zês-ninguéns*. Por fim, e para não esquecer nada, aceita-se deixar numa sétima divisão o resto dos cidadãos que não é possível caracterizar senão por injúrias. Esta é a ordem social para o preconceito reinante, e não digo nada de novo senão para os que não são deste mundo.



A vaidade, que para o ordinário é individual e se deleita em isolar-se, transforma-se aqui prontamente em um espírito de corpo indomável. Será que um privilegiado acaba por ter alguma dificuldade por parte da classe que despreza? Em primeiro lugar, ele se irrita; sente-se ferido em sua prerrogativa; crê sê-lo em seu bem, em sua propriedade; logo ele excita, inflama todos os seus co-privilegiados, e acaba por formar uma confederação terrível, pronta a sacrificar tudo para a manutenção e, depois, para aumentar a sua odiosa prerrogativa. É assim que a ordem política se inverte, deixando apenas ver um odioso aristocratismo.

No entanto, poder-se-á dizer que se é educado na sociedade com os não privilegiados, como com os outros. Não fui eu a reparar, em primeiro lugar, no carácter da cortesia francesa. O privilegiado francês não é educado porque acredita no *dever* aos outros, mas porque crê que o *dever* a si mesmo. Não são os direitos dos outros que ele respeita, é a si mesmo, é a sua dignidade. Não quer ser confundido, por modos vulgares, com aquilo a que chama como *má companhia*. Que direi eu! Receava que o objeto da sua cortesia o servisse para um *não privilegiado como ele*.

11

Ah! acautelai-vos de vos deixardes seduzir por aparências afetadas e enganosas; tende o bom espírito de ver nelas apenas o que está nelas, um orgulhoso atributo dos mesmos privilégios que detestamos.

Para explicar a sede ardente de adquirir privilégios, poder-se-á pensar que, pelo menos, à custa da felicidade pública, foi constituído, a favor dos privilegiados, um tipo de êxtase particular pelo encanto intoxicante desta superioridade de que goza o pequeno número, a que muitos aspiram, e de que os outros são reduzidos a vingar-se com os recursos da inveja ou do ódio.

Mas esquecer-se-ia que a natureza nunca impõe leis impotentes ou vãs; que ela deixou de separar a felicidade dos homens apenas na igualdade; e que é uma troca traiçoeira, que o que é oferecido pela vaidade contra essa multidão de sentimentos naturais que a felicidade real consiste?

Escutemos a nossa própria experiência¹⁰; abramos os olhos para todos os grandes

¹⁰ A sociedade é, para todos aqueles que a sorte não condenou a um trabalho incessante, fonte pura e fecunda de prazeres agradáveis: são-no, e o povo que se julga o mais civilizado orgulha-se também de ter a melhor sociedade. Onde deveria estar a melhor companhia? onde os homens que melhor se convierem poderiam aproximar-se livremente, e os que não se achassem aptos, separar-se sem impedimento; lá onde num determinado número de homens houvesse mais que possuísse os talentos e o espírito de sociedade, e onde a escolha, entre eles, não seria estrangida por nenhuma consideração alheia ao objetivo que nos propomos ao reunirmo-nos. Que dizer se os preconceitos do Estado não se opõem em nenhum modo a este tão simples acordo? Quantas donas de casa são



privilegiados, todos os grandes mandatários cujo Estado proporciona o desfrute, nas províncias, dos alegados encantos da superioridade. Esta superioridade faz tudo por eles; no entanto, encontram-se sozinhos: o tédio cansa-lhes a alma e vinga os direitos da natureza. Vede no ardor impaciente com que voltam a procurar iguais na capital, o quanto é insensato semear continuamente no campo da vaidade, apenas para aí recolher as sarças do orgulho ou as papoulas do tédio.

Não confundimos com a absurda e quimérica superioridade, obra dos privilegiados, àquela superioridade legal que apenas supõe governantes e governados. Esta última superioridade é real, é necessária; não deixa alguns orgulhosos, não humilha outros: é uma superioridade de funções, não de pessoas. Ora, tendo em vista que esta superioridade não pode compensar a doçura da igualdade, o que é que devemos pensar da quimera de que se alimentam os simples privilegiados?

Ah! se os homens conhecessem seus próprios interesses; se soubessem fazer algo para sua própria felicidade! se consentissem a abrir finalmente os olhos à cruel imprudência que os fez desprezar por tanto tempo os direitos dos cidadãos livres pelos privilégios vãos da servidão, como se apressariam a abjurar as numerosas vaidades para as quais foram treinados desde a infância! como desconfiariam de uma ordem de coisas tão bem aliada ao despotismo! Os direitos dos cidadãos abarcam tudo; os privilégios prejudicam tudo e só recompensam os escravos.

Até agora confundi todos os privilégios, aqueles que são hereditários com aqueles que nós mesmos obtemos; não é que todos eles sejam igualmente nocivos, igualmente perigosos no estado social. Se há lugares na ordem dos males e absurdos, os privilégios hereditários devem sem dúvida ocupar o primeiro lugar, e não rebaixarei minha razão ao ponto de provar uma verdade tão palpável. Fazer de um privilégio uma propriedade transmissível é se negar até mesmo os fracos pretextos pelos quais se procura justificar a concessão de privilégios; é inverter todos os princípios, toda a razão.

Outras observações lançarão uma nova luz sobre os efeitos funestos dos privilégios. Observemos primeiro uma verdade geral: que uma falsa ideia só precisa ser fertilizada por interesse pessoal, e apoiada pelo exemplo de alguns séculos, para

forçadas a afastar os homens que mais lhes interessam, por causa dos privilegiados que as aborrecem! Nas vossas sociedades tão elogiadas e insípidas, a igualdade de que não podemos usufruir nos momentos passageiros em que os homens se podem modificar interiormente a ponto de se tornarem uns para os outros o que seriam sem dúvida se a igualdade fosse a realidade de toda a vida, em vez do jogo de alguns momentos. Esta matéria seria inesgotável: só posso indicar algumas opiniões de qualquer modo.



corromper ao final todo o entendimento. Insensivelmente, e de preconceito em preconceito, cai-se num corpo de doutrina que apresenta o extremo do irracional e o que há de mais revoltante, sem que a longa e supersticiosa credulidade do povo seja mais abalada.

Assim vemos se erguerem diante de nossos olhos, sem que a nação pense em reclamar, numerosos enxames de privilegiados numa forte e quase religiosa persuasão a de que eles têm o direito adquirido às honras, por seu nascimento, e a uma porção do tributo das pessoas, só por isso eles continuam a viver: é para eles, um título satisfatório.

Com efeito, não era suficiente que os privilegiados se vissem como uma outra espécie de homem; eles deviam considerar-se modestamente, e quase de boa-fé, eles e os seus descendentes, como uma *necessidade* dos povos, não como funcionários da coisa pública: à este título, assemelhar-se-iam à universalidade dos mandatários públicos, independentemente da classe que lhes pertença. É como se ao formar um corpo privilegiado que se imaginam necessários a todas as sociedades que vivem sob um regime monárquico. Se falam aos chefes do governo ou ao próprio monarca, eles se representam como o apoio do trono, e seus defensores naturais contra o povo; se, pelo contrário, falam à nação, então eles se tornam os verdadeiros defensores de um povo que, sem eles, em breve seria esmagado pela realeza.

13

Com um pouco mais de esclarecimento, o Governo veria que, numa sociedade, apenas é necessário cidadãos que vivam e atuem sob a proteção da lei, e uma autoridade tutelar encarregada de vigiar e proteger. A única hierarquia necessária, como já dissemos, estabelece-se entre os agentes da soberania; é ali que se tem necessidade de uma gradação de poderes; é ali que se encontram as verdadeiras relações de inferior a superior; porque a máquina pública só pode mover-se por meio desta correspondência.

Fora disso, há apenas cidadãos iguais perante a lei, todos dependentes, não uns dos outros, seria uma servidão inútil, mas da autoridade que os protege, que os julga, que os defende, etc. Aquele que goza das maiores posses não é *mais* do que aquele que beneficia do seu salário diário. Se o rico pagar mais contribuições, oferece mais propriedades para proteger. Mas será o dinheiro do pobre menos precioso, o seu direito menos respeitável? E a sua pessoa não deveria estar sob uma proteção pelo menos igual?

É confundindo essas simples noções que os privilegiados falam constantemente da necessidade de uma subordinação estrangeira àquilo que nos submete ao governo e a lei. O espírito militar quer julgar as relações civis, e ver uma nação apenas como



uma grande caserna. Em uma nova brochura, não se ousou estabelecer uma comparação entre o soldado e os oficiais por um lado, e os privilegiados e os desprivilegiados por outro! Se vos consultais o espírito monástico, que tem tanto a ver com o espírito militar, ele também pronunciaria que só haverá ordem em uma nação quando ela for submetida a essa série de regulamentos detalhados com os quais ele controla suas muitas vítimas. O espírito monástico conserva entre nós, sob um nome menos aviltado, mais favores do que se poderia pensar.

Digamos, à propósito, que tais visões tão mesquinhas e tão miseráveis só podem pertencer a pessoas que nada sabem sobre as verdadeiras relações que ligam os homens no estado social. Um cidadão, quem quer que seja, que não seja mandatário da autoridade, é inteiramente o mestre para ocupar-se apenas de melhorar sua sorte e desfrutar de seus direitos, sem ferir os direitos dos outros, ou seja, sem faltar à lei. Todas as relações entre cidadãos são relações livres; um dá seu tempo ou sua mercadoria, o outro dá seu dinheiro em troca: não há subordinação, mas uma troca contínua...¹¹. Se, em vossa política estreita, vós distinguis um corpo de cidadãos para colocá-lo entre o governo e o povo, ou este governo, e então não será a classe privilegiada da qual falamos, ou então não pertencerá às funções essenciais do poder público, e então alguém deveria me explicar o que pode ser um corpo intermediário, se não uma massa estrangeira, nociva, seja interceptando as relações diretas entre os governantes e os governados, seja pressionando os mecanismos

14

¹¹ Penso que, para facilitar a conversa, é importante distinguir as duas hierarquias de que acabamos de falar, pelos nomes de *verdadeira* e de *falsa* hierarquia. A gradação entre os governantes e a obediência dos governados para com os diferentes poderes legais, formam a verdadeira hierarquia necessária em todas as sociedades. A dos governados entre si não passa de uma falsa hierarquia, inútil, odiosa, que permanece informada de costumes feudais. Para conceber uma possível subordinação entre os governados, seria necessário supor uma tropa armada, apoderando-se de um país, tornando-se proprietário, e conservando, para a defesa comum, as relações acostumadas à disciplina militar. É que, neste caso, o governo está fundido no estado civil: não é um povo, é um exército. No nosso país, pelo contrário, os diferentes ramos do poder público existem à parte, e estão organizados, incluindo um exército imenso, de forma a só exigir aos simples cidadãos uma contribuição para pagar os encargos públicos. Que não nos enganemos, no meio de todos estes nomes de *subordinação*, de *dependência*, etc., que os privilegiados invocam com tanto clamor, não é o interesse da verdadeira subordinação que os conduz, mas, em todo o caso, da *falsa* hierarquia; é esta que eles gostariam de repor nos destroços do verdadeiro. Escutai os quando falam dos agentes comuns do governo; vede com que desdém um bom privilegiado julga dever tratá-los. O que veem num tenente de polícia? Um homem de pouco ou nada, formado para assustar as pessoas, e não para se intrometer em tudo o que possa olhar para as pessoas *como deve ser*. O exemplo que cito está ao alcance de todos; que se diga de boa-fé se é um privilegiado que se considera subordinado ao tenente da polícia? Como olham para os outros mandatários dos diferentes ramos do poder executivo, exceto os únicos chefes militares? Será tão raro ouvi-los dizer: «Não sou *feito para* me submeter ao ministro; se o rei me dá a honra de me dar ordens, etc. » Deixo este assunto à imaginação ou antes à experiência do leitor. Mas era difícil fazer notar que os verdadeiros inimigos da subordinação e da verdadeira hierarquia, são esses mesmos homens que pregam com tanto ardor a submissão à *falsa* hierarquia.



da máquina pública, ou finalmente tornando-se, por tudo o que a distingue do grande corpo de cidadãos, um fardo a mais para a comunidade.

Todas as classes de cidadãos têm suas funções, seu tipo particular de trabalho, cujo conjunto forma o movimento geral da sociedade. Se há uma classe que alega subtrair-se a esta lei geral, é claro que ela não se contenta em ser inútil e que esteja necessariamente a cargo das outras.

Quais são os dois grandes motivos da sociedade? *Dinheiro e honra*. É em razão da necessidade de ambas que ela se sustenta, e não é sem a outra que essas duas necessidades devem ser sentidas em uma nação onde o preço dos bons costumes é conhecido. O desejo de merecer a estima pública, e existe um para cada profissão, é um freio necessário para a paixão pela riqueza. É necessário saber como estes dois sentimentos se modificam na classe privilegiada.

Antes de tudo, a *honra* lhes é assegurada: é a única certeza que ele tem. Para outros cidadãos, a honra é o preço da conduta, no momento certo; mas, para os privilegiados, basta nascer. Não lhes cabe sentir a necessidade de adquiri-la, e podem renunciar antecipadamente a tudo o que tende a merecê-la¹².

15

Quanto ao *dinheiro*, é verdade que os privilegiados devem sentir uma forte necessidade dele. São ainda mais propensos a se entregarem às inspirações desta paixão ardente, porque o preconceito de sua superioridade os excita constantemente a forçar suas despesas, e porque ao se entregarem a isso não têm que temer, como os outros, perder toda honra e consideração.

Mas, por uma bizarra contradição, ao mesmo tempo, em que o preconceito do Estado impele continuamente o privilegiado a perturbar sua fortuna, ele o proíbe imperiosamente de quase todas as vias honestas em que ele poderia conseguir repará-la.

Que meios restará, então, para os privilegiados satisfazerem este amor ao dinheiro, que os deve dominar mais do que os outros? A *intriga* e a *mendicidade*. A intriga e a mendicidade tornar-se-ão a *indústria* particular desta classe de cidadãos: parecerão, de certo modo, por essas duas profissões, ocupar um lugar no conjunto dos trabalhos da sociedade. A ela dedicando-se exclusivamente, eles se destacarão; assim, onde quer que este duplo talento possa ser praticado com fruto, tenha a certeza de que se estabelecerão de modo a afastar toda a concorrência por parte dos não privilegiados.

¹² Deve-se perceber que nós não confundimos aqui a honra com a *questão de honra*, pelo qual acreditamos substituí-la.



Encherão a Corte, cercarão os ministros, tomarão todas as graças, todas as pensões, todos os lucros. A *intriga* lança um olhar usurpador sobre a igreja, a toga e a espada. Ela descobre uma considerável renda ou poder que lhe conduz, ligada a uma infinidade de lugares, e logo consegue fazer com que esses lugares sejam postos a dinheiro, estabelecidos, não para desempenhar funções que exigem talentos, mas para assegurar um estado *adequado* a famílias privilegiadas.

Estes homens hábeis não se tranquilizarão sobre a sua superioridade na arte da intriga; como se temessem que o amor pelo bem público viesse, em momentos de distração, seduzir o Ministério, se beneficiarão da incompetência ou traição de alguns administradores; finalmente, farão com que o seu monopólio seja consagrado por bons despachos ou por um regime de administração equivalente a uma lei exclusiva.

É assim que se dedica o Estado aos princípios mais destrutivos de qualquer economia pública. Por muito que ela prescreva para preferir em todas as coisas os servos mais hábeis e os menos caros, o monopólio ordena escolher os mais caros e necessariamente os menos hábeis, uma vez que o monopólio tem por efeito impedir o crescimento daqueles que poderiam ter demonstrado talentos numa concorrência livre.

16

A *mendicidade* privilegiada tem menos inconvenientes para a coisa pública. É um ramo ganancioso que atrai mais seiva do que pode; mas pelo menos não pretende substituir os ramos úteis; consiste, como qualquer outra mendicidade, a estender a mão, esforçando-se por excitar a compaixão e receber gratuitamente; somente a postura é menos humilhante; parece, quando é necessário, ditar um dever, mais do que implorar um socorro.

De resto, foi suficiente para a opinião pública que a intriga e a mendicidade de que se trata aqui fossem especialmente destinadas à classe privilegiada, para que se tornassem honrosas e honradas, todos vieram a gabar-se altamente dos seus sucessos neste gênero; inspiram inveja, a emulação, jamais o desprezo.

Este tipo de mendicidade é praticado principalmente na corte, onde os homens mais poderosos e opulentos tiram o primeiro e o maior proveito dele.

Daqui este exemplo fecundo vai reanimar até o fundo mais remoto das províncias a honrosa pretensão de viver na ociosidade, e à custa do público.

Não é que a ordem privilegiada já não seja, e sem qualquer espécie de comparação, o mais rico do reino, que quase todas as terras e as grandes fortunas pertencem aos membros desta classe; mas o gosto da despesa e o prazer de se arruinar são



superiores a toda a riqueza; e é preciso, enfim, que haja pobres privilegiados.

Mas mal se ouve a palavra *pobre* unir-se a de *privilegiado*, que se eleva em toda a parte como um grito de indignação. Um privilegiado que não está em condições de apoiar a indignação. Um privilegiado fora do estado de sustentar o seu nome, a sua posição, é certamente uma vergonha para a nação! É preciso apressar-se a remediar esta desordem pública; e, embora não se peça expressamente para isso um excedente de contribuição, é evidente que qualquer for o emprego do dinheiro público não pode ter outra origem.

Não é em vão que a administração é composta de privilegiados; vela com ternura paterna por todos os seus interesses. Aqui, trata-se de estabelecimentos pomposos, vangloriados, como se crê, de toda a Europa, para dar a educação *aos pobres privilegiados* de um e do outro sexo. Desnecessariamente, o acaso era mais sábio do que as vossas instituições, e queria trazer de volta aqueles que precisam de uma lei comum para trabalhar para viver. Vós vedes neste retorno à ordem apenas um crime da fortuna, e não importeis vós de dar aos seus estudantes os hábitos de uma profissão laboriosa, capaz de sustentar aquele que a exerce.

17

Nos vossos admiráveis desígnios, estais a inspirar-lhes uma espécie de orgulho por terem estado tão cedo a cargo do público; como se, em caso algum, pudesse ser mais glorioso receber a caridade do que não precisar dela!

Ainda os recompensais com ajuda de dinheiro, com pensões, com recompensas, por terem sido expostos a provar esta primeira prova de vossa ternura.

Mal saídos da infância, os jovens privilegiados já têm um estado e apoios; e atrevem-se a lamentá-los pela sua modicidade! Vede, porém, entre os não privilegiados da mesma idade, que se destinam às profissões para as quais são necessários talentos e estudos, vede se algum deles, ainda que ligado a ocupações verdadeiramente penosas, custe ainda muito tempo aos seus pais grandes avanços, antes que seja admitido à possibilidade incerta de retirar de seus trabalhos os necessários da vida.

Todas as portas estão abertas à solicitação dos privilegiados; basta-lhes mostrar-se, e todos se fazem dignos de se interessar pelo seu progresso. Cuidamos dos seus negócios, da sua fortuna. O próprio estado, sim, a coisa pública mil vezes competiu secretamente em seus arranjos de família.

Envolveu-se em negociações particulares de casamento. A administração prestou-se a criações de lugares, a trocas ruinosas, ou mesmo a aquisições cujo



tesouro público foi obrigado a fornecer os fundos; etc., etc.

Os privilegiados, que não podem alcançar esses altos favores, encontram noutros lugares abundantes recursos. Uma multidão de capítulos para ambos os sexos, ordens militares não aplicáveis, ou cujo objeto é injusto e perigoso, oferecem-lhes prebendas, condecorações, pensões e sempre recompensas. E como se não bastassem os erros dos nossos pais, temos vindo a ocupar-nos com uma renovação, desde há alguns anos, de aumentar o número desses brilhantes saldos da inutilidade¹³.

Seria um erro pensar que a mendicidade privilegiada despreza as pequenas ocasiões ou os pequenos socorros. Os fundos destinados às esmolas do rei são em grande parte absorvidos por ela; e para dizer-se pobre na ordem dos privilegiados, não se espera que a natureza padeça, basta que a vaidade sofra. Assim, a verdadeira indignação de todas as classes de cidadãos é sacrificada a necessidades de vaidade.

Olhando um pouco para trás na história, vemos os privilegiados no uso de deleitar-se e de se apropriarem de tudo o que lhes convier. A violência e a rapina, seguras da impunidade, podiam sem dúvida passar sem mendigar; assim, a mendicidade privilegiada só teve de começar com os primeiros raios da ordem pública, o que prova a sua grande diferença em relação à mendicidade do povo. Esta manifesta-se à medida que o governo se deteriora, a outra à medida que melhora. É verdade que, com mais alguns progressos, fará cessar simultaneamente estas duas doenças sociais; mas é certo que não será alimentando-as, nem, sobretudo, fazendo honrar aquela entre as duas que é a mais indesculpável.

Não se pode discordar que não haja uma prodigiosa habilidade de roubar da compaixão aquilo que já não se pode tirar da fraqueza; de aproveitar assim, ora a audácia do opressor, ora a sensibilidade do oprimido. A classe privilegiada, a este respeito, soube distinguir-se de uma e de outra maneira. Desde que não tenha conseguido resistir, em qualquer ocasião, apressou-se a recomendar-se à liberalidade do rei e da nação.

Os cadernos dos antigos estados gerais, os das antigas assembleias de notáveis,

¹³ Manifesta-se uma estranha contradição na conduta do governo. Ajuda, por um lado, a declarar sem medida contra os bens consagrados ao culto, e que dispensam pelo menos o tesouro nacional de pagar essa parte das funções públicas; e, ao mesmo tempo, procura dedicar o máximo possível desses bens, e outros, à classe dos privilegiados sem funções. É curioso ler a lista dos capítulos recentemente criados, ou entretidos para uso dos privilegiados de ambos os sexos; mais curioso ainda é conhecer os motivos secretos que levaram assim a faltar sem pudor ao verdadeiro espírito das fundações eclesiásticas que, se tiverem de ser alteradas, pelo menos devem sê-lo apenas por um interesse verdadeiramente nacional, e apenas pela nação.



estão cheios de pedidos a favor da *pobre classe privilegiada*¹⁴. Os Países de Estado ocupam-se há muito tempo, e sempre com novo zelo, de tudo o que possa aumentar o número de pensões que souberam *atribuir à pobre classe privilegiada*. As administrações provinciais já seguem traços tão nobres, e as três ordens em comum, porque elas ainda não são compostas senão de privilegiados, escutando com deferência respeitosa aprovação todos os pareceres que podem tender a aliviar *a pobre classe privilegiada*. Os intendentos arranjam fundos especiais para este objeto; um meio de sucesso para eles é ter um grande interesse no triste destino da *pobre classe privilegiada*; finalmente, nos livros, nas cátedras, nos discursos acadêmicos, nas conversas, e por todo o lado, quer que todos os seus ouvintes se interessem? É só falar da *pobre classe privilegiada*. Ter esta inclinação geral dos espíritos, e os inúmeros meios que a superstição, à qual nada é impossível, já se poupou, para socorrer os pobres privilegiados, na verdade, não posso explicar-me porque é que ainda não se acrescentou à porta das igrejas, se já não existe, um tronco para a *pobre classe privilegiada*¹⁵.

19

É preciso ainda citar aqui uma espécie de tráfico inesgotável em riquezas para os privilegiados. Baseia-se, por um lado, na superstição dos nomes; por outro, numa ganância ainda mais poderosa do que a vaidade. Refiro-me àquilo a que se ousa chamar de *classe inferior*¹⁶, sem que esse termo dissuada os estúpidos cidadãos que pagam tão caro para serem insultados.

Desde que alguém da ordem comum, com a força de trabalho e da indústria, criou uma fortuna digna de inveja; desde que os agentes do fisco, por meios mais fáceis, conseguiram amontoar tesouros, todas estas riquezas são aspiradas pelos privilegiados. Parece que a nossa infeliz nação está condenada a trabalhar e a empobrecer-se sem parar para a classe privilegiada.

Inutilmente, a agricultura, as fábricas, o comércio, e todas as artes reclamam, para se sustentarem, para se ampliarem, e para a prosperidade pública, uma parte dos imensos capitais que serviram para formar: os privilegiados devoram e os capitais e as pessoas,

¹⁴ Hoje, que os princípios da justiça geral estão mais difundidos e que as assembleias de bailiados terão tão grandes objetos para tratar, podemos sem dúvida esperar que não sujarão os seus cadernos com aquilo a que poderíamos outrora chamar o *dístico do mendicante*.

¹⁵ Espero que encontremos este lugar *de mau tom*. Isso deve ser: o poder de proibir, sob este pretexto, expressões exatas, muitas vezes mesmo enérgicas, é ainda um direito dos privilegiados.

¹⁶ Dever-se-ia, nem que fosse apenas pela clareza da linguagem, utilizar uma outra palavra para designar a ação de estender a mão às ricas ofertas da tolice: seria necessário uma palavra que marcasse claramente também de que lado está a *classe inferior*.



tudo está condenado à infertilidade privilegiada¹⁷.

A matéria dos privilégios é inesgotável como os preconceitos que conspiram para os apoiar. Mas deixemos este assunto e poupemo-nos às reflexões que ele inspira. Chegará o momento em que os nossos sobrinhos indignados ficarão estupefatos ao ler a nossa história, e darão à loucura mais imprópria os nomes que ela merece. Vimos, na nossa juventude, homens de letras manifestarem-se pela sua coragem em atacar opiniões tão poderosas como perniciosas para a humanidade. Hoje, os seus sucessores não sabem mais do que repetir as suas palavras e os seus escritos de raciocínios ultrapassados contra preconceitos que já não existem. O preconceito que sustenta os privilegiados é o mais funesto que aflige a terra; está mais intimamente ligado à organização social; corrompe-a mais profundamente; e mais interesses se ocupam em defendê-la. Quantos motivos para excitar o zelo dos verdadeiros patriotas, e para arrefecer o zelo das pessoas com as cartas dos nossos contemporâneos!

¹⁷ Se a honra é, como se diz, o *princípio* da Monarquia, há que reconhecer, pelo menos, que a França faz, desde há muito tempo, sacrifícios terríveis para se fortalecer em princípio.



REFERÊNCIAS

SIEYÈS, Emmanuel-Joseph. *Essai sur les privilèges*. Nouvelle edition. France: [S.I.] 1789. Disponível em: <<http://ark.bnf.fr/ark:/12148/cb31365917p.public>>. [Catalogue de la Bibliothèque nationale de France]. Acesso em: 13 de abril de 2021.

